



Resistência

o fim de um mundo

André Favacho

Darci Motta

Como citar este capítulo

FAVACHO, André; MOTTA, Darcí. Resistência: o fim de um mundo. In: André Favacho (org.). *Como resistimos hoje?* Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2024. p. 56-74.

3

Como as resistências têm se dado na atualidade? Como é resistir hoje? É possível resistir diante da dominação neoliberal, cujas táticas, são mais dinâmicas, capilares e insidiosamente sedutoras? A fim de refletir sobre essas questões, partiremos de um acontecimento estético: Jota Mombaça. Artista interdisciplinar, a figura de Mombaça tem se constituído como um acontecimento estético-político emblemático para se pensar as formas de resistências atuais. Nesse exercício de pensamento, apoiarnos-emos, principalmente, em seu livro *Não vão nos matar agora* (2021). A partir de um diagnóstico sombrio do Brasil (e também do mundo), essa obra de Mombaça coloca em relevo, em nosso ponto de vista, três questões sobre as resistências: a primeira é que, hoje, a resistência exige uma escrita/escritura e/ou uma inscrição singular na vida — não apenas com a mente, mas também com o corpo; a segunda é que resistência e morte devem se nutrir mutuamente; por fim, é que a resistência necessita habitar o fora, um mundo outro. É na trilha desses elementos que prosseguiremos com nossas reflexões.



Por que escrever, por que se inscrever é o *leitmotiv* da primeira reflexão deste texto? Na verdade, essa pergunta será o refrão de tudo que vem a seguir, uma vez que a resistência praticada por Mombaça se dá exatamente dessas duas formas: pela escrita e pela inscrição na vida. Em razão disso, a artista e escritora vive como em transe poético, mesmo quando responde a uma simples pergunta. Da mesma forma que fala, escreve. Da mesma forma que escreve, age. Não há distinção. Mombaça escreve com o corpo e no corpo; o corpo é sua superfície histórica de inscrição. Seja na escritura de seus livros, seja em suas performances, Mombaça pratica uma escrita/inscrição, uma escritura, portanto, de tal monta que dá a sensação de que está em um divã ou escrevendo um manifesto em defesa de sua existência.¹ Na condição de “uma bicha racializada, gorda e não binária, oriunda da periferia do Nordeste brasileiro” (Mombaça, 2021, p. 73), reflete sobre a sua própria condição social e de existência, denunciando os efeitos dessas condições sobre seu corpo, bem como as poucas possibilidades de sobrevivência em um país como o Brasil. Mas também reflete sobre suas “irmãs”, ao dizer: “Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui com nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares” (Mombaça, 2021, p. 13).

A escritura de Mombaça fica mais intensa ainda porque seu livro é escrito em pleno isolamento social decorrente da Covid-19, o que aumenta o tom melancólico do que diz, o tom melancólico de quem está escrevendo, pensando, enfim, se inscrevendo ou se acabando em sofrimento. A condição de exilada, duplamente exilada — em isolamento social em Lisboa, Portugal —, e a situação de despejo (é o que parece) fazem da escrita de Mombaça uma metralhadora certeira contra as brutalidades das quais as transexuais, em especial, são vítimas e contra a violência generalizada endereçada aos pobres e “desviados” do mundo.

¹ Ver, neste livro, apontamentos sobre a ética cínica estudada por Foucault, em “Um feminismo para a transformação: militâncias feministas autogestionadas na América Latina contemporânea”, de Priscila Piazzentini Vieira e Rafaela Zimkovicz (p. 19-41) e em “As crianças deficientes e suas resistências”, de Fabíola Fernanda do Patrocínio Alves (p. 95-113).

Por que escrever? Mombaça não se ocupa objetivamente com essa questão, mas várias vezes a responde. Em certo momento, vai direto ao ponto: “escrevo para [...] liberar as sensibilidades que me atravessam do registro demasiado formal [...] normativo da patologia [...] fazendo delas poro e superfície de contágio para a ansiedade como intuição voltada para o limite do mundo” (Mombaça, 2021, p. 58). Ou seja, escreve porque, em um ato quase heroico, está disposta a viver sua monstrosidade, como ela mesma diz. Seja na escrita, seja na vida ou na arte, Mombaça escreve para, mais que experimentar, experienciar o limite. Esse limite é, portanto, o primeiro motivo para Mombaça escrever e se inscrever, visando provocar resistências. Viver o limite seria, talvez, a condição primeira não apenas para Mombaça, mas para qualquer um que deseja praticar resistências, em especial aqueles que se localizam entre a monstrosidade e a normalidade. De modo que o limite é sempre um entre-lugar, é um lugar onde se vive a destruição-abertura em um mundo vorazmente normativo, onde se vive o não ser em um mundo do ser, onde se vive sem gênero em um mundo generificado, onde se vive sem sexo em um mundo sexuado. A autora dá a entender que viver o limite de uma resistência é caminhar no fio da navalha imposto pelo estado de coisas, onde o pior pode acontecer a qualquer momento; nesse caso, o que acontecer será sempre o melhor para que outros possam vir. Viver o limite é ampliar o limite, fato que só será verificado, mensurado, vivido pelos que virão depois.

Com Foucault (2010), o limite, em especial a experiência-limite, é a prática de arrancar ou extrair o sujeito de si mesmo, uma experiência que o transforma, impedindo-o de ser o mesmo, permanentemente. Como as crianças com deficiência citadas por Alves, no capítulo “As crianças deficientes e suas resistências” deste livro, Mombaça vive de uma forma “não trivial, mas ligada ao ‘invivível’ da própria existência” (p. 99). Entendemos que é nesse sentido que Mombaça, em certo momento, se pergunta: “como desfazer o que me tornam’ e, ainda, ‘como desmontar o imperativo do ser?” (Mombaça, 2021, p. 61). A defesa da autora de que é necessário livrar-se da política do mesmo e do ser mostra que, no que se refere a uma identidade, especialmente de gênero, ela não quer chegar a um lugar seguro e estável; pelo contrário, deseja, antes de tudo, a errância do viver, no sentido de não definir para si e para os outros nem origem nem destino, apenas transição, apenas travessia. Mombaça, ao pensar o limite, parece desejar ultrapassar o limite para si e também para as resistências, mesmo para aquelas que estão restritas a políticas de identidade.

Embora defenda as políticas vindas dos movimentos negros e da comunidade lgbtqi+, alerta para que suas lutas não sirvam de munição contra essas mesmas pessoas ou grupos, atentando às formas de oportunismos que nascem dessas discussões. No caso dos movimentos negros, especificamente, está atenta à “produtividade conceitual’ do preto [capturada] por agrupamentos, instituições, iniciativas e perspectivas [...] da supremacia eurobranca” (Mombaça, 2021, p. 46). Quer livrar as militâncias de ceder ao neoliberalismo ou de, elas mesmas, praticarem mais-valia com os resultados das suas lutas. Ou seja, intenta impedir que essas lutas caiam na cilada das “mercadorias críticas” e do “extrativismo amigável” (Mombaça, 2021, p. 53) dos objetos críticos e estéticos que produzem.

Um limite entendido, portanto, como um desembaraçamento do tema do mesmo e do ser, ou seja, apagar qualquer vestígio dessas coisas nas lutas de resistência. Inclui-se aí também apagar das lutas as noções de reparação, dívida ou vingança, que só atualizam o colonizador em nós. Tudo que o colonizador quer é que sejamos uma espécie de ser o mesmo (desde sempre) ou de um ser em versão atrasada, que sejamos fantasmas de algo de um passado longínquo, para que ele possa, uma vez mais, nos colonizar. Mombaça não defende uma política ou uma função reparativa para as resistências; diz ser necessário nos livrarmos da “função reparativa” (Mombaça, 2021, p. 60). Coloca-se “contra qualquer ideia de cura como retorno e restituição de coesão ao corpo social” (Mombaça, 2021, p. 60). Nesse sentido, poderíamos dizer que ela deseja uma resistência solvente, uma espécie de resistência que dissolveria todos os vestígios do colonizador e da colonialidade. Em suas palavras, uma transição solvente não é uma “apologia da destruição, nem [...] uma poética da ‘destruição criativa” (Mombaça, 2021, p. 60), mas é “precisamente [...] criar formas continuadas de destruição, como refundação de toda superfície de sentido [abrindo] espaço para questões inteiramente outras” (Mombaça, 2021, p. 61).

Mombaça escreve como se inscrevesse a si mesmo nesses limites da destruição-abertura, da civilidade-monstruosidade, do ser-não ser, do não gênero-generificado, do não sexo-sexuado. Vive no encaço dessas tensões, dessas críticas e dessas navalhas. E tudo porque o nó fundamental da garganta já chegara “como uma fúria no peito, uma urgência correndo através de minhas veias [...] o instante imparável da

ansiedade, o nó indissociável do desespero” (Mombaça, 2021, p. 57). Porque escrever no limite, contra o limite, sob ou sobre o limite, diz a autora, é “escrever sobre ansiedade com ansiedade [que é] necessariamente uma forma de escrever além da ansiedade e contra o texto” (Mombaça, 2021, p. 57).

Escrever na ansiedade, com ansiedade, sobre ansiedade é uma das formas pelas quais as resistências (Mombaça prefere falar em dissidências) dão ou podem dar a conhecer suas angústias, mas também suas proposições. O resultado disso não pode ser considerado apenas um desabafo; mais do que isso, propõe que a ansiedade seja o lugar das forças. Ou seja, ela transforma o desabafo em uma dialética da ansiedade, fazendo brotar um estilo elaborado de expressar, na tensão devida, a clareza do que se sente e do que se quer.

A ansiedade de Mombaça faz lembrar o êxtase sexual de Sade. Ao se referir a uma das funções da escrita de Sade, Foucault (2016), em *A grande estrangeira*, o imaginava em uma espécie de êxtase ao escrever, em uma espécie de prática sexual. Na verdade, o filósofo imaginava Sade praticando a liberação radical do raciocínio. A escrita de Sade, para Foucault, não quer convencer ou emocionar ninguém; antes, quer pôr para fora, sem inibições ou censuras, tudo aquilo que lhe vem à mente. Como em uma masturbação, gozar/escrever é liberar o desejo da fronteira entre realidade e imaginação, a fim de obter o maior prazer possível; é, como observa Foucault, experimentar o excesso. Talvez a ansiedade de Mombaça — assim como de outras resistências — seja um outro nome para o êxtase de Sade, um outro nome para a liberdade de experimentar o excesso.

Ainda que haja alguma aproximação, êxtase e ansiedade não são comparáveis. A ansiedade traz um certo componente patológico, que não pode deixar de ser considerado na prática da atual militância. Isso pode indicar que os resistentes de hoje estejam adoecidos frente aos ataques sofridos e, com isso, estejam mais aderidos ou capturados do que livres da colonialidade. Os resistentes podem estar “doentes de desespero” (Mombaça, 2021, p. 54). A seu turno, o êxtase traz um estado de euforia, de transe ou de diversos sentimentos ocorrendo ao mesmo tempo. Traz a livre vontade de experimentar liberdades, algo como o gozo dos militantes hippies da década de 1960, que podiam

experimentar livremente novas formas de existência, uma vez que não tinham suas vidas ameaçadas.

Contudo, de certa forma, tanto no êxtase (de Sade) como na ansiedade (de Mombaça), é perceptível a liberação do raciocínio na forma de escrever. Sade, ao escrever, pormenorizava ou esmiuçava cada parte daquilo que, na cabeça dos pudicos, não podia ser dito. Mombaça, por sua vez, talvez esteja ensaiando esse estilo. Diz ter começado a escrever para fugir das normas acadêmicas, depois passou a acrescentar um tanto de poética, depois a experimentar palavras, novas palavras, palavras alongadas, como “violência cismasculina”, “machulência (masculinidade tóxica)”, “cissupremacia”, “ascensão do Cistema” (Mombaça, 2021, p. 69, 71, 73, 122), tudo isso na tentativa de dizer que o sofrimento das trans se prolonga, é sem fim. Assim, faz da escrita, se não uma prática erótica sadiana, ao menos uma forma nauseante de dizer como é ser trans em um mundo no qual elas são vistas apenas como aberrações, como seres desprezíveis, abomináveis, abjetos e matáveis.

Mombaça afirma que não escreve visando produzir um manual de ética, não escreve para propor saídas para quem quer que seja, mas confessa que escrever desde uma perspectiva ética lhe é demasiadamente sedutora: “É preciso escrever sem garantias de que escrever mostrará saídas [...] preciso não escrever, mas insisto e escrevo” (Mombaça, 2021, p. 27). E por que escreve? Ora, porque, de certa forma, deseja incitar – quase convocar – as resistências e/ou as dissidências a se inscreverem radicalmente em suas lutas, seja na escrita, na arte, na performance ou em outras formas de expressão. Inscrição que se dá não pelas formas esperadas da normatividade vigente, mas sim por aquilo que é da ordem do impensável. Trata-se de uma escritura que tem por objetivo pôr fim a um mundo, um certo mundo que não traz prazer, mas apenas dor. É preciso dizer não a este mundo tal como o conhecemos. É preciso dizer que “o mundo tá acabando. De novo” (Mombaça, 2021, p. 13).

É preciso “abolir o mundo como o conhecemos rumo à possibilidade de viver outramente” (Mombaça, 2021, p. 18).²

Ainda que Mombaça, em sua escrita, não prescreva nada a ninguém, sugere que cada resistente/resistência se inscreva com vigor na vida e na arte. Parece-nos que Mombaça procura ultrapassar os limites. É isso que ela procura fazer? É isso que propõe? É isso que as resistências fazem? É isso que poderíamos fazer na atualidade?

II

A segunda questão que Mombaça nos suscita para a prática das resistências é o tema da morte. Ou seja, morte e resistência são parceiras no pensamento da escritora. Para uma trans que, desde cedo, se imaginou morta, esse tema é mais do que central... é visceral. Em um dos tópicos de seu livro, ela escreve: “Eu sempre tive a impressão de que morreria de repente” (Mombaça, 2021, p. 49). Mas não de qualquer morte, pois as trans morrem quase sempre da mesma maneira: “acometida de uma forma qualquer de explosão interna ou arbitrariamente inscrita nas terríveis estatísticas de pessoas dissidentes sexuais e desobedientes de gênero racializadas que são alvejadas por bala ou esfaqueadas por nada no Brasil” (Mombaça, 2021, p. 49).

O tema da morte é tão forte para a escritora que o título do seu livro faz referência a uma travesti que “sangrava no chão de um hospital público” e as pessoas batiam em sua cara, enquanto ela gritava: “por favor, não me deixe morrer agora” (Mombaça, 2021, p. 72). O livro conta, também, o caso de outra trans cujo boletim policial relata, de maneira implausível, que ela mesma, por vontade própria, entrou no porta-malas de uma viatura da Polícia Militar de São Paulo para roubar algo e acabou morrendo, o que gerou contra ela, pasmem, um “boletim de ocorrência” (Mombaça, 2021, p. 63).

² Embora com o mesmo objetivo de Mombaça de desejar que “o mundo como nos foi dado acabe” (Mombaça, 2021, p. 100), Leopoldo, no capítulo “Intelectual subalterno” deste livro, afirma que “uma gama de intelectuais pensa nas variações do fim do mundo numa fúnebre poética distópica” (p. 47). Nessa direção, Paul Preciado, em *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*, explicita, de acordo com Leopoldo, seu desejo de viver em Urano e Indianare (como contraponto à ideia de que homens são de Marte e mulheres são de Vênus) aventando a possibilidade de as pessoas trans serem originárias de Plutão.

Então, é daí que Mombaça rende sua homenagem à morte e às mortas: “Este livro, e esta carta, eu dedico àquelas que vibram e vivem apesar de; na contradição entre a imposição de morte social e as nossas vidas irredutíveis a ela” (Mombaça, 2021, p. 13).

O tema da morte acompanha Mombaça não apenas no livro. Ela produziu uma série de performances em que se apresenta sendo soterrada, sendo que uma delas se chama exatamente *Soterramento* (2015).³ Apresentada em Belgrado, na Sérvia, nela, Mombaça simboliza todas as atrocidades policiais ocorridas no Brasil contra os corpos dissidentes, racializados e pobres. Essa performance é uma espécie de sepultamento em cova rasa de um corpo gordo, negro, brasileiro e indigente. Além disso, no livro, na descrição que faz do nascimento do mundo — de um outro mundo —, novamente se vale da metáfora do soterramento, afirmando que sabia que não era capaz de “me pôr a correr cedo o suficiente para me afastar dali antes de ser atingida pela próxima sirene; por isso decidi cavar. Se eu me escondesse sob a terra, as ondas de terror não fariam mais que atordoar alguns de meus sensores” (Mombaça, 2021, p. 119).

Portanto, a iminência da morte incita a escritora a denunciar todas as fobias que preconizam o extermínio de certos corpos — corpos negros, trans, gays, lésbicos, gordos e empobrecidos —, no Brasil e no mundo. Mostra, além disso, um tanto de outros grupos com suas “vozes implicadas nos ativismos e organizações comunitárias pretas [produzindo] conteúdo, denúncia e articulação para visibilizar o papel efetivo desses genocídios racistas e classistas nas gramáticas da dominação à brasileira” (Mombaça, 2021, p. 64). Seja como for, diz a autora: “Para muitas de nós, a única forma de nascer nesse tempo era ainda travando um pacto com a morte” (Mombaça, 2021, p. 121).

A morte é, assim, presença constante na vida de todos esses corpos matáveis. Para a escritora, a morte é esse acontecimento que sempre chega e faz perder tudo. “Perder tudo’ é a expressão que usamos quando alguma de nós morre” (Mombaça, 2021, p. 95). É uma forma de falar da morte sem afirmá-la, é como se fossem mortas-vivas, uma espécie de zumbi; morreu, mas voltou, porque apesar de “perder tudo”, sabe-se lá

3 A performance *Soterramento* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=liY0-LERErA>. Ver também a performance *O que pode um korpo?*, disponível em: <https://vimeo.com/64778343>.

como, reflete a escritora, tudo se refaz, numa espécie de ode a Palmares, ser que sinalizava o retorno da vida.

Vê-se, então, que o tema da morte serve, em primeiro lugar, para denunciar as mortas, como pedido de ajuda a alguém, a alguma instituição; um socorro internacional e político. Mas serve, também, em segundo lugar, para outra coisa: a injustificável constatação de que a morte é algo que constitui a vida travesti, algo que está sempre por perto, ao lado ou dentro. Para a autora, uma trans já nasce morta; são vidas que, de antemão, já estão “condenadas a nascer mortas” (Mombaça, 2021, p. 100). A morte torna-se, assim, uma companheira da e na vida travesti. Na impossibilidade de as pessoas salvarem uma bicha preta, a iminência da morte é uma oportunidade de reflexão e de conversa. É como se, ao conversar com a morte, se buscasse saber se é isso mesmo que se tem que viver ou, em se morrendo, se vale a pena morrer por essa vida a fim de iluminar as que virão.

Na condição de companhia ou de companheira, a morte é uma espécie de senhora fria que orienta a vida trans, não sendo, no entanto, totalmente má. De fato, fala de soslaio, quando não, de costas. É como se ambas (morte e vida trans) fossem uma coisa só. É como se conversassem entre si e, em tom de brincadeira (ou de raiva), olhando uma para a outra, sempre sobre os ombros e, nessa posição corporal, uma dissesse para a outra: “não te faz de rogada! Você sabe muito bem o que é estar aí e o que é estar aqui!”. Ou seja, no fundo, essa relação quer disponibilizar a morte a favor da vida. No tópico “Veio o tempo em que por todos os lados as luzes desta época foram acendidas”, a autora elucida essa relação entre morte e vida trans, na cena em que descreve um tiroteio, durante o qual, mesmo sem rosto, alguém (a morte?), a vendo morta de medo, a segura pelas mãos e a tira de lá: “Apertei firme aquela mão que ainda não sabia identificar a quem pertencia, e me senti aliviada por não estar só [...] Com o coração acelerado, fui puxada pela mão em direção a ela, e tive medo, muito medo, mas me deixei levar” (Mombaça, 2021, p. 93). Ora, por meio de um sujeito indeterminado ou, melhor, de uma mão invisível, a morte se apresenta como uma companhia que conduz para a vida, que lança para fora da zona de morte, que dá força para seguir.

Em terceiro lugar, a morte é, por tudo isso — denúncia, constituição e companhia —, a dobra de uma vida trans. Ou seja, de um lado, as trans vivem para morrer e, no momento mesmo em que morrem, dão esperança para as que chegam. Porém, por

outro lado, elas simplesmente vivem a morte, não a temem, por isso nunca morrem. Mas atenção: “bicha morre sim e não vira purpurina” (Correia, 2019), daí porque passam a ter um olhar político sobre sua existência, sobre a própria morte e sobre como se livrar de tal tragédia.

Quando afirmamos que a morte é dobra na/da vida trans, é na medida em que tal vida busca, a cada enfrentamento do perigo, uma saída para o seu incontornável encontro com a extinção. É inconcebível que ainda hoje a vida travesti seja reduzida a um objeto, a mero objeto exótico e descartável, cuja fala e existência é constantemente subtraída. Por muito tempo essa vida foi silenciada, por muito tempo foi vivida em silêncio, na escuridão. Porém, a cada encontro com a morte, emerge uma outra versão dessa vida. Indefinidamente, esses encontros constroem, por assim dizer, uma espécie de política da vida travesti, que é, ao mesmo tempo, a emergência de uma vida que se poderia chamar travesti. Uma vida que, como qualquer outra, merece ser vivida. Por ser sua dobra, uma versão, uma tradução, a morte toca a vida travesti e lhe ensina o fundamental, qual seja: a morte, de tanto morrer, de tanto cumprir seu destino inarredável, de tanto “perder tudo”, inúmeras vezes e outras vezes mais, ensina à vida trans que algo nesse processo — por mais paradoxal que possa parecer — insiste em viver. E o que é que quer viver? O prazer transversal. Esse prazer que não é apenas feminino ou masculino, mas também de outra ordem, de ordem desconhecida, indeterminada, torta, desviada. Esse prazer que corta a humanidade transversalmente.

Embora não se enquadre nem no feminino nem no masculino, nesse tipo de sociedade em que vivemos, o(s) prazer(res) transversal(is) têm seu momento de desespero, de desassossego ou de desistência. Ora, diz a escritora: “desejamos profundamente que o mundo como nos foi dado acabe” (Mombaça, 2021, p. 100). Acabe tanto no sentido de que algo apocalíptico aconteça (com o mundo), que a morte arrebate de vez essas vidas, todas elas, ou que chegue o tempo da suspensão das injustiças contra o tal prazer indeterminado. Injustiças que têm como alvo os corpos trans e que, não raro, naturalizam seu extermínio.

É preciso destacar que a morte em Mombaça não constitui um exercício espiritual, como em Sêneca — conforme citado por Foucault em *Hermenêutica do Sujeito*. Não é o ato de avaliar se o dia valeu a pena ser vivido, como se o dia vivido fosse uma vida

inteira, isto é, a manhã é a infância, a tarde é a maturidade e a noite é a velhice. Ela não é também o inesperado, aquilo que chega e te encontra em seu ofício, em plena ocupação da vida — o que seria uma honra. Não é, ainda, a retrospectiva da vida, na hora da morte, um momento de reflexão do passado, visando avaliar se a vida foi bela ou não (Foucault, 2004).

Em Mombaça, a morte não possui esse status de coroamento de uma bela existência; pelo contrário, ela é a denúncia e a constatação de que, para a vida travesti, a morte funciona ainda com resquícios medievais. Pessoas trans são apedrejadas, esfaqueadas, estranguladas, esquartejadas, cenas muito semelhantes àquelas praticadas pelo poder soberano que funcionou na Europa até meados do século XVIII, que detinha o poder de vida e morte sobre as pessoas, que decidia quem viveria e quem morreria. Naquele período, as pessoas eram esquartejadas em praça pública, cenas muito bem documentadas por Foucault em seu livro *Vigiar e punir* (1975).

A sociedade e as instituições atuais ainda se acham no direito de determinar a morte das trans. Obviamente, já existem muitas experiências exitosas no tratamento dispensado a elas — basta ver as experiências de certas prisões pioneiras em lidar com essas vidas. Certamente, as instituições não autorizam mais o seu esquartejamento ou o de quem quer que seja. Mas, embora as instituições sejam obrigadas a preservar a vida, elas deixam certos corpos morrerem. Nesse caso, não é o soberano com o seu direito de vida e morte agindo sobre tais vidas, mas as relações de poder e saber que, sub-repticiamente, fazem vista grossa diante das circunstâncias que tiram a vida dessas pessoas. Lembram da travesti que entrou na viatura para roubar e acabou morrendo? Pois é, “segundo um portal de notícias online, a viatura foi reparada, limpa e voltou às ruas em poucos dias” (Mombaça, 2021, p. 63). Na leitura de Mombaça, “o poder opera por ficções [...] As ficções de poder proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis” (Mombaça, 2021, p. 65). Nesse excerto, encontramos a famosa fórmula foucaultiana em ação, aquela que diz que, no poder soberano, a relação com a morte é de pura arbitrariedade; o rei decide quem vive e quem morre. Porém, agora, é a sociedade, em suas múltiplas relações de poder, saber e de mesquinharria que, na calada da noite, mata quem não lhe interessa. Não é mais o direito de vida e morte, e sim “fazer viver

e deixar morrer” (Foucault, 2008a; 2008 b). Discursa-se a favor da vida, mas a morte continua sendo praticada nas filigranas da vida cotidiana, especialmente a morte de certos corpos.

Seja como for, o que importa para este texto é que a morte funciona, nesse tipo de resistência, como fonte essencial para o enfrentamento da vida. O lema para essa resistência é (ou parecer ser) o seguinte: ou se enfrenta a morte ou não se vive. Ou, como se diz popularmente: “quem tem medo não vive!”. Dessa maneira, Mombaça parece reivindicar esse tipo de tomada de decisão para/nas lutas de resistência, isto é, defende que morrer em seus múltiplos sentidos faz parte da luta. Enfim, uma vez mais, nos perguntamos: é isso que Mombaça procura fazer? É isso que ela propõe? É isso que as resistências têm feito? É isso que poderíamos fazer na atualidade a favor de todas as resistências?

III

Relembrando, a primeira questão sobre as resistências que o livro de Mombaça ajudou a pensar foi a relação entre escrita e/ou inscrição e a vida singular; a segunda foi a relação entre resistência e morte; a terceira é a relação entre resistência e o fora. Enquanto a primeira exige posições éticas e políticas cada vez mais viscerais, autênticas e corajosas e a segunda demanda a própria vida, isto é, dar o sangue diante das injustiças, a terceira exige que o sujeito se ocupe e ocupe o impossível. E como se faz isso?

A questão é: diante das lutas dos corpos trans, da violência que sofrem, da exaustão, mas também da “imparabilidade” das suas batalhas pela vida, o que pode a vida travesti lograr? Mombaça, de forma muito sábia, reflete: “precisaremos [...] ser capazes de imaginá-la e de povoá-la com fantasias visionárias [...] que seja capaz de [...] matar nossos assassinos e escapar com vida para refazer o mundo” (Mombaça, 2021, p. 78). Grande lição! Ora, habitar o fora é dar dignidade, com coragem, lucidez e luta, às vidas que morrem a cada nascimento.

Sobre isso, a certa altura do livro, a escritora dá uma pista dessa dignidade, perguntando algo como: por que não nos reconhecem como trabalhadoras? Mas, vejam, ela não está reduzindo o trabalho das trans ao mercado do sexo, ainda que ele

possa ser digno, sobretudo se fosse amparado por leis trabalhistas e de seguridade social. Mais do que isso, em um país decente, uma vida travesti pode ou poderia ser o que ela bem entendesse: uma filósofa, uma poetisa, uma professora, enfim. Em um mundo em que essa vida pudesse viver, ela poderia, rigorosamente, ter qualquer ocupação. Temos aí a primeira pista do ocupar o fora, isto é, dar dignidade a todas e quaisquer formas de vida que uma vida trans decidisse viver. Mas ocupar o fora vai além disso.

Antes de prosseguir, vale dizer que a noção de fora nem é mencionada pela autora, mas sim por nós. Mombaça fala de “redistribuição da violência” (Mombaça, 2021, p. 74). Tentaremos aproximar essas duas ideias. O que vem a ser redistribuição da violência? Para Mombaça, trata-se, entre outros elementos, de: “nomear a norma”, “abandonar a posição de vítima” (Mombaça, 2021, p. 74, 79, 82), criar linhas de fuga e “abolir o ponto de vista do colonizador”.

Nessa perspectiva, “nomear a norma” é descortinar as identidades arbitrárias fornecidas às pessoas, enquanto, ao mesmo tempo, se constrói uma nova gramática, ou melhor, uma nova linguagem que dê conta de constatar e implodir a imposição de uma dupla identidade — uma vista como positiva e outra como negativa ou ditos vistos como normais (positivo) e outros vistos como anormais (negativo). A nova linguagem, linguagem de resistência, precisa dar conta desse jogo entre identidades positivas e negativas para, enfim, partir para o ataque.

Esse ataque é precisamente nomear a norma, nomear o que os poderosos consideram o normal. Quando os movimentos de gênero definem a noção de *cis* e de *trans*, por exemplo, eles localizam, na verdade, o jogo do mesmo e do outro (no caso, do gênero) que está sendo jogado. O que eles descobrem é que não é apenas um jogo entre ser homem e ser mulher, entre masculino e feminino, mas sim um jogo entre aqueles que são cisgêneros e aqueles que são trans, transgêneros. Cisgêneros são aqueles que se identificam com o seu gênero e com a forma pela qual foram nomeados, aqueles que pensam e vivem em conformidade com a nomeação dada, aqueles que são os mesmos, e isso vale para homens e mulheres, sejam hétero, homo, bi ou pansexuais. Os trans ou transgêneros são aqueles que estão do outro lado do prazer, contrário ao que lhes foi nomeado como positivo. São trans todos os homens e mulheres dissidentes

de gênero, aqueles que estão na contramão do gênero imposto — vale dizer, homens trans, mulheres trans, travestis e não binários.

Esse deslocamento da luta, essa forma de “nomear a norma” (cisgênero), força um vasto número de alterações na linguagem, nos sentidos, nos afetos, etc. Dar nome a esse processo é fundamental. Trata-se de descortinar a imposição praticada por aqueles que se encontram em posição de dominação e, ao mesmo tempo, criar outra linguagem de gênero para as lutas de resistência. Para Mombaça, isso é uma forma de redistribuir a violência, isto é, torná-la complexa, envolvendo um amplo espectro de sujeitos e suas relações com os gêneros arbitrariamente determinados.

Outro elemento que destacamos na discussão da redistribuição da violência é o “abandonar a posição de vítima” (Mombaça, 2021, p. 79), o que não significa acusar as pessoas de vitimismo, pois isso não faz nenhum sentido aqui. Antes, trata-se de convocá-las a consentir que vive-se uma guerra e que certos corpos foram “inscritos numa guerra aberta contra nossa existência e a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida” (Mombaça, 2021, p. 79). Para a autora, “não se sobrevive a uma guerra fingindo simplesmente que os canhões não estão apontados, que não há arame farpado nas ruas e que os cães de guarda não enxergam sua mira em nosso pescoço” (Mombaça, 2021, p. 113). Diz Mombaça: “é sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção” (Mombaça, 2021, p. 80). A violência é redistribuída na medida em que ninguém terá paz, todos estarão correndo perigo; o homem branco também não poderá dormir tranquilamente.

O terceiro elemento é o criar linhas de fuga. Para Mombaça, essas linhas são necessárias, dada a vulnerabilidade desses corpos, mas isso significa, acima de tudo, dar às fugas uma saída política, significa saber jogar estrategicamente com a violência. Em outras palavras, significa tornar a violência pública, denunciá-la, reivindicar espaço político, políticas públicas, etc.

Há, por fim, o “abolir o ponto de vista do colonizador”, que é impedir que o “colonizador”, isto é, as pessoas cis, cismativas, brancas, heteronormativas, cristãs, etc., fale sem sentir os incômodos de sua posição social e de gênero. Não significa que o colonizador não possa falar, mas que ele não pode falar desconsiderando que seus privilégios lhe autorizam a dizer tudo o que quer sem que ele mesmo esteja implicado

com a verdade que profere. Mombaça denomina essa dinâmica de “saberes situados”, que fazem com que “pessoas brancas se situem quanto à sua branquitude, pessoas cis quanto à sua cisgeneridade, e por aí vai...” (Mombaça, 2021, p. 87).

Seja como for, essa redistribuição da violência vem marcar o até então “não marcado [...] fazendo com que o modo como a violência foi socialmente distribuída seja bagunçado, projetando [...] a responsabilidade de confrontar a violência que dá forma a seu conforto ontológico” (Mombaça, 2021, p. 89).

Nesse sentido, parece-nos que o que está em jogo na redistribuição da violência é menos o ato de devolver a violência ao colonizador — embora isso faça parte do jogo — e mais a criação de futuros ou de possíveis para todas as vidas que lutam para fugir de um fim trágico. Ora, quanto mais investimento na vida, atenção à vida, visibilidades de vidas, invenções de vida, mais se abrem as possibilidades de mudança, mais se tem a “abertura dos portões do impossível” (Mombaça, 2021, p. 112).

Para nós, a redistribuição da violência é, de fato, em primeiro plano, tornar a violência complexa e generalizada, mas é, por fim, habitar possíveis, mundos outros e, portanto, fugir do fim trágico: a morte. Para nós, isso é o mesmo que habitar o fora. O fora que estamos anunciando — essa temática foucaultiana pouco desenvolvida, por vezes abandonada pelo autor, mas que nos é muito cara —, na leitura de Tatiana Levy (2011), com quem estamos de pleno acordo, é a própria capacidade de mobilizar a crítica, a desobediência, a contestação, a luta, a resistência, a incerteza, a indeterminação, enfim, o impensado para permitir que vidas outras sejam possíveis.

Sendo assim, o fora seria uma força brutal, indomável e mortal. Ora, quando lemos Mombaça, sentimos exatamente isso: ela tenta dar acabamento para uma força brutal. Acabamento não no sentido de aparar arestas, mas no sentido de revelar, nas pontas mal-acabadas da existência da força, a beleza que lhe é própria. Dito de outra forma, não é levar a beleza a alguém, mas extrair a beleza da força, deixar o feio ser feio até se transformar em belo para quem conseguir ver sua beleza.

No tópico 9 de seu livro, “O nascimento de Urana”, Mombaça dá mais pistas disso que estamos chamando de fora, ao ficcionar a transição de um corpo trans. Tal

transição começa com o nascimento, que é também a morte de algo que se foi. Como em *Macunaíma*, Mombaça insinua que o corpo trans não nasce, e sim cai; ele é um (ar)rebento. Diz: “Sem perceber bem os contornos, fui explodindo de fora a fora, revirando os intestinos do planeta” (Mombaça, 2021, p. 118). Insinua, assim, que o corpo trans não nasce de um outro corpo humano, mas da própria terra, das profundezas da terra (ou do mar ou dos céus), como se fosse uma planta selvagem, um tubérculo rico em vitaminas e minerais, porém todo desproporcional. Puro excesso! Desde esse momento, em razão dessas dissimetrias, mal nasce, o corpo trans já está na batalha, já está sob o toque da sirene – primeiro, sob os olhos e dedos familiares e, depois, de todos os outros que o flecham mil vezes. Daí porque permanecer dentro da terra (pode-se dizer, ficar no armário) tem sua vantagem. Mas é aí, dentro da terra, que a vingança se produz – como em “Amores Surdos”? (Passô, 2012) –, ou seja, é daí que sai um rinoceronte mergulhado em lama e sangue, tão assustador como assustado, tão feroz como sensível. Um corpo trans não nasce, transita, percorre, foge, vai para um outro lugar, para uma terceira margem. Nem homem nem mulher, foge da masculinidade e também da feminilidade exclusiva. Foge da “ascensão do CISTEMA” (Mombaça, 2021, p. 122). É um corpo em fuga, atento às rotas de fuga.

Foge também do que lhe é muito caro: os hormônios. São ótimos, mas é preciso aprender a se esquivar de seus efeitos: “Outra vez sonhei que era um planeta, e um bico de metal de muitos metros invadia minha carne dorida. Esses novos hormônios deviam estar me transicionando muito rápido” (Mombaça, 2021, p. 123).

O corpo trans não nasce como qualquer um; é preciso extrai-lo do mundo: “A furadeira de metal gigante avançou fundo. O ruído bruto e a vibração aguda da extração cravavam as ossadas do planeta. Eu era o petróleo, a terra invadida, o metal da furadeira’ (Mombaça, 2021, p. 125). Enfim, depois de toda essa saga, que mescla nascimento, vida e morte, a vida tão desejada começa a fazer algum sentido, ou seja, o fundamentalismo do CISTEMA, imagina a autora, sofre seus primeiros abalos sísmicos. Mas não se extingue, apenas permite que, em poucos e raros momentos, possa-se colocar o nariz para fora para respirar o que sobrou.

Em suma, para nós, o nascimento do corpo trans é a implosão de um corpo reivindicando vida! A luta para habitar esse corpo — esse mesmo corpo que pouco ou nada faz lembrar os corpos ditos normais — é exatamente o esforço, o desespero, o desafio e o enigma de quem precisa habitá-lo. No entanto, é também a agonia de toda a humanidade que o rejeita, por saber que, no fundo, algo dessa estranha força ronda a todos indistintamente.

Portanto, habitar o fora é a exigência fundamental. Exigência em reconhecer os infinitos corpos, mas também a exigência de embelezá-los, de dar a essas vidas “brutais” sua dignidade, sua presença; torná-las vivíveis. Dar, enfim, a essas vidas, por que não, uma bela existência. Corpos trans importam!

É isso que Mombaça procura fazer? É isso que ela propõe? É isso que as resistências fazem? É isso que poderíamos fazer na atualidade em nossos cotidianos?

Com esse terceiro elemento, habitar o fora, concluímos nosso texto. Nossa ideia era extrair do livro de Mombaça não um modelo ou prescrições morais, mas uma espécie de orientação ética, balizas que pudessem servir de inspiração, pelo menos para nós, autores deste texto, para incitar as resistências da atualidade a lutarem como uma trans. Sim! “Lute como uma trans!”

Referências

CORREIA, Mesaque Silva. Bicha morre, e não vira purpurina’: a representação de corpo e envelhecimento de homossexuais residentes na fronteira Brasil/Guiana Francesa. *Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 25. ed. Petrópolis, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito*. Tradução de Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Tradução de Ana Lúcia P. Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e Escritos, VI).

FOUCAULT, Michel. *A grande estrangeira: sobre literatura*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LEVY, Tatiana S. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PASSÔ, Grace. *Amores surdos*. Brochura. Belo Horizonte: Cobogó, 2012.

QUE PODE o korpo? Performance de Jota Mombaça e Patrícia Tobias, 2013 (1 min). Publicado no canal de Natália Amarante. Disponível em: <https://vimeo.com/64778343>. Acesso em 3 jul. 2024.

SOTERRAMENTO (Burial): A Performance by Jota Mombaça, 2015. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal European Alternatives. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=liY0-LERErA>. Acesso em 3 jul. 2024.